

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

LICENCIATURA EM GESTÃO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

DISCIPLINA DE: NOÇÕES GERAIS DE DIREITO

CARGA HORÁRIA: (3T+1P) 1º ANO

2006/2007

REGIME: ANUAL

DOCENTE: Professor Coordenador Manuel Baeta Neves

I PARTE

TITULO I

CONCEITO E PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DO DIREITO

CAPITULO I - CONCEITO DE DIREITO

1. Noção de Direito
2. Diversos sentidos do termo " Direito "
3. Direito e Estado
4. O Direito e outras ordens normativas
5. Direito-Natural
6. Justiça
7. Declarações do Direito do Homem

CAPITULO II - ELEMENTOS DO CONCEITO DE DIREITO

1. Enumeração dos elementos do conceito: Norma Jurídica; Protecção Coactiva, Sistema Jurídico.
2. Sistema Jurídico
 - a) Sistema Jurídico; Instituição; Instituto.
 - b) Caracteres do Sistema Jurídico
3. Norma Jurídica
 - 1º - Norma em Sentido Estrito
 - a) Conceito e Estrutura da Norma Jurídica
 - b) Natureza da Norma Jurídica
 - c) Caracteres do Sistema Jurídico

2º - Norma em sentido lato

- a) Preceito, Disposição
- b) Normas Éticas e Normas Técnicas
- c) Estatuição Material e Estatuição Jurídica
- d) Normas Imperativas, Permissivas, Supletivas Interpretativas
- e) Outras classificações - Breve referência

4. Protecção coactiva - Protecção repressiva preventiva

1º - Protecção repressiva

- a) Sanção - Conceito
- b) Espécies de Sanção: Sanções Materiais e Sanções Jurídicas
- c) Norma Perfeita, Imperfeita, mais e menos que perfeita.

2º - Protecção Preventiva - Meios compulsivos

3º - Observações complementares: Direito Premial e Direito Persuasivo.

TITULO II

ORGANIZAÇÃO POLITICA DO ESTADO

1. Os Órgãos de Soberania-Enunciação
2. Competências dos Órgãos de Soberania
3. Análise de Artigos da Constituição

TITULO III

FONTES DE DIREITO

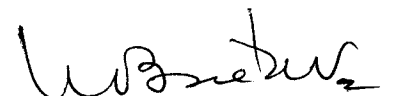
CAPITULO I - ENUNCIAÇÃO

1. Conceito de Fonte de Direito
2. Enumeração das Fontes de Direito
 - a) Lei
 - b) Costume
 - c) Jurisprudência
 - d) Doutrina

CAPITULO II - LEI

SECÇÃO I - Conceitos fundamentais: Aspecto estático

1. Noção de Lei
2. Fundamento do Poder Legislativo. Pré-Constituição
3. Constituição
4. Lei
5. Regulamentos
6. Normas Locais e Sectoriais



7. Direito Internacional, Geral e Convencional (Tratados Normativos)
8. Recapitulação da Hierarquia das Leis

SECÇÃO II - Aspecto Dinâmico

1. Preliminares
2. Feitura das Leis
3. Diário da República
4. Cessação da Vigência das Leis: Caducidade e revogação.

SECÇÃO III - Identificação das Leis. Codificação

1. Individualização e Forma das Leis
2. Códigos

SECÇÃO IV – Uniformização da Jurisprudência

CAPITULO III - OUTRAS FONTES

1. Costume. Noção e Valor
2. Jurisprudência. Noção e Valor
3. Doutrina. Noção e Valor

TITULO IV

CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO. RAMOS DO DIREITO

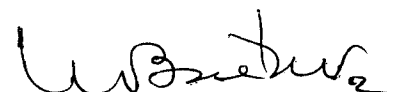
1. Direito Internacional(Público) e Direito Interno
2. Direito Público e Direito Privado
3. Direito Privado Comum e Direitos Privados Especiais
4. Subclassificação do Direito civil: Direito das obrigações, Direito das Coisas, Direito da Família e Direito das Sucessões
5. Direitos Privados Especiais
6. Ramos Principais do Direito Público
7. Direito Internacional Privado

TITULO V

DA RELAÇÃO JURIDICA

CAPITULO I- PRELIMINARES

1. Noção de Relação Jurídica
2. Elementos da Relação Jurídica
3. Sujeitos
4. Objecto
5. Facto
6. Garantia



CAPITULO II - SUJEITOS

1º Preliminares

1. Sujeito e Pessoa. Titularidade e Personalidade
2. Capacidade
3. Extensão da personalidade Jurídica
4. Direito da personalidade
5. Síntese histórico-filosófica dos direitos fundamentais
6. Análise dos direitos fundamentais da pessoa.

2º Pessoas Singulares

1. Personalidade das Pessoas Singulares
2. Capacidade de Gozo das Pessoas Singulares
3. Capacidade de Exercício das Pessoas Singulares

3º Pessoas Colectivas

1. Noção e Classificação
2. Capacidade de Gozo das Pessoas Colectivas
3. Capacidade de Exercício das Pessoas Colectivas

CAPITULO III - OBJECTO

1º Preliminares

1. Objecto das relações Jurídicas: Objecto imediato e objecto mediato
2. Objecto Imediato

1. Objecto Imediato da relação Jurídica: Lado Activo - Direito Subjectivo, e lado Passivo - Vinculação.
2. Lado activo - Direito Subjectivo
3. Classificação de Direitos Subjectivos. Património. Esfera Jurídica
4. Vinculação

3º Objecto Mediato

1. Ideia de Objecto Mediato das Relações Jurídicas
2. Coisas. Noção de Coisa
3. Classificação das Coisas
4. Coisas no Comércio e fora do Comércio
5. Coisas corpóreas e Incorpóreas
6. Coisas Móveis e Imóveis
7. Coisas Presentes e Futuras
8. Prestações. Noção de Prestação
9. Classificação de Prestações
10. Outros Objectos Mediatos de Relações Jurídicas. Elementos da Personalidade
11. Efeitos Jurídicos



12. Direitos (Objecto de Direito)

CAPITULO IV - FACTO

- 1- Facto Jurídico
- 2- Factos Jurídicos em Sentido Estrito e Actos Jurídicos.
- 3- Actos jurídicos Simples e Negócios Jurídicos
- 4- Negócios Jurídicos Unilaterais e Bilaterais. Contratos

CAPITULO V - GARANTIA

TITULO VI

INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DAS LEIS

CAPITULO I PRELIMINARES

CAPITULO II INTERPRETAÇÃO DA LEI

- 1- Noções de base
- 2- Espécies de Interpretação pela sua fonte e valor. Interpretação Autêntica, Oficial, Judicial e Doutrinária.
- 3- Espécies de Interpretação pela Finalidade: Interpretação Subjectiva e Objectiva, Histórica e Actualista.
- 4- Elementos da Interpretação.
- 5- Espécies- de Interpretação pelo Resultado: Interpretação Declarativa, Extensiva, Restritiva, Enumerativa e Abrogante
- 6- O Artigo 9º do Código Civil
- 7- Jurisprudência dos Interesses e Jurisprudência dos conceitos

CAPITULO III – INTEGRAÇÃO DA LEI

- 1- Lacunas da Lei e a sua Integração. Generalidades
- 2- Analogia
- 3- O Artigo 11º do Código Civil
- 4- O Artigo 10º , Nº 3 do Código Civil

CAPITULO IV - Aplicação da Lei

- 1- Generalidades
- 2- Aplicação das Leis no Tempo
- 3- Aplicação das Leis no Espaço



II PARTE

TITULO I

INTRODUÇÃO

CAPITULO I - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

- 1 - Objecto e plano da disciplina
- 2 - Importância prática da disciplina
- 3 - Estabilidade e uniformidade do direito das obrigações
- 4 - Novos princípios da lei civil no domínio das obrigações

CAPITULO II - CONCEITO, ESTRUTURA E FUNÇÃO DA OBRIGAÇÃO

SECÇÃO I - CONCEITO DE OBRIGAÇÃO

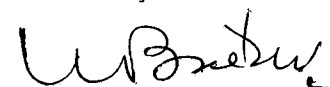
- 1 - Diversas acepções do termo. Conceitos afins.
- 2 - Obrigação em sentido técnico. Confronto e distinção com noções próximas.
- 3 - Relações obrigacionais simples e complexas
- 4 - As obrigações não autónomas

SECÇÃO II - ESTRUTURA DA OBRIGAÇÃO

- 1 - Elementos constitutivos da obrigação
- 2 - Os sujeitos
- 3 - Alteração dos Sujeitos e persistência da obrigação
- 4 - Objecto: a prestação debitória. Objecto imediato e objecto mediato.
- 5 - Principais modalidades da prestação
- 6 - Prestação de facto e prestação de coisa
- 7 - Prestações instantâneas e prestações duradouras
- 8 - Prestações fungíveis e não fungíveis
- 9 - O problema da patrimonialidade da prestação
- 10 - O vínculo jurídico: o direito à prestação e o dever de prestar
- 11 - Deveres - principais e deveres secundários da prestação
- 12 - Deveres acessórios de conduta e o princípio de boa - fé
- 13 - A garantia
- 14 - A natureza jurídica da obrigação

SECÇÃO III - A FUNÇÃO DA OBRIGAÇÃO

CAPITULO III - AS OBRIGAÇÕES E OUTRAS CLASSES DE RELAÇÕES JURIDICAS



- 1 - As obrigações e os direitos reais
- 2 - Direitos relativos e direitos absolutos
- 3 - Direito de preferência e direito de seqüela
- 4 - Outras diferenças
- 5 - Direitos de crédito e direitos de família
- 6 - As obrigações e os direitos sucessórios

TITULO II

FONTES DAS OBRIGAÇÕES

CAPITULO I - CONTRATOS

SECÇÃO I - GENERALIDADES

- 1 - Noção de contrato
- 2 - As relações contratuais de facto
- 3 - Princípios fundamentais dos contratos
- 4 - A liberdade contratual
- 5 - A liberdade de contratar e as suas limitações
- 6 - Limitações à escolha do outro contraente
- 7 - A livre fixação do conteúdo dos contratos. Limitações
- 8 - Contratos de adesão
- 9 - Cláusulas gerais dos contratos
- 10 - Responsabilidade pré - contratual
- 11 - Contratos nominados e contratos inominados

SECÇÃO II - CONTRATOS MISTOS

- 1 - Noção
- 2 - Junção, união e coligação de contratos
- 3 - Modalidades de contrato misto
- 4 - Regime dos contratos mistos

SECÇÃO III - CONTRATOS COM EFICÁCIA REAL

- 1 - Noção
- 2 - Reserva de propriedade

SECÇÃO IV - CONTRATO - PROMESSA

- 1 - Noção
- 2 - Figuras próximas
- 3 - Requisitos de forma e substancia. O principio da equiparação
- 4 - Eficácia real da promessa
- 5 - Recusa de cumprimento. Consequências



6 - Violação do contrato - promessa

SECÇÃO V - PACTOS DE PREFERENCIA

1 - Conceito

2 - Figuras próximas

3 - Requisitos e efeitos

4 - Exercício do direito de preferência

5 - Violação da preferência. Consequências

6 - Pluralidade de preferentes

SECÇÃO VI - CONTRATOS BILATERAIS E UNILATERAIS. CONTRATOS GRATUITOS E ONEROSOS

1 - Contratos bilaterais e unilaterais. Noção

2 - Excepção de não cumprimento do contrato

3 - A condição resolutiva tácita

4 - Contratos gratuitos e onerosos. Atinências e diferenças com a classificação anterior

SECÇÃO VII - CONTRATOS A FAVOR DE TERCEIRO

1 - Noção. Exemplos

2 - Figuras próximas

3 - Termos em que é admitido na lei

4 - Relações entre as partes

5 - A posição do terceiro

6 - Prestação em benefício de pessoa indeterminada ou no interesse público

SECÇÃO VIII - CONTRATO PARA PESSOA A NOMEAR

1 - Noção. Exemplos

2 - Figuras próximas

3 - Regime

SECÇÃO IX - EXTINÇÃO DA RELAÇÃO CONTRATUAL

1 - Resolução, revogação e denúncia do contrato

2 - Resolução do contrato por alteração das circunstâncias

CAPITULO II - NEGOCIOS UNILATERAIS

1 - O princípio do contrato e a admissibilidade dos negócios unilaterais

2 - Solução legal

3 - Promessa pública

4 - Concursos públicos



CAPITULO III - GESTÃO DE NEGOCIOS

- 1 - Noção. Exemplos
- 2 - Requisitos
- 3 - Deveres do gestor para com o dono do negócio
- 4 - Deveres do dono do negócio para com o gestor
- 5 - Posição do dono do negócio em face de terceiros
- 6 - Validade dos actos jurídicos praticados pelo gestor

CAPITULO IV - ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

- 1 - Situações geradoras de enriquecimento sem causa
- 2 - As deslocações patrimoniais
- 3 - Requisitos da obrigação de restituir:
 - a) Enriquecimento de uma pessoa
 - b) Sem causa justificativa
 - c) A custa de outrem
- 4 - Subsidiariedade da obrigação de restituir
- 5 - Repetição do indevido
- 6 - Objecto da obrigação de restituir
- 7 - Prescrição do direito de restituir

CAPITULO V - RESPONSABILIDADE CIVIL

SECÇÃO I - RESPONSABILIDADE POR FACTOS ILICITOS

- 1 - Pressupostos
- 2 - Facto voluntário
- 3 - Ilícitude
- 4 - Imputabilidade
- 5 - A culpa - dolo e negligência (mera culpa)
- 6 - Prova da culpa. Presunções de culpa
- 7 - O Dano
- 8 - Nexo de causalidade entre o facto e o dano
- 9 - Titularidade do direito à indemnização
- 10 - Prescrição do direito à indemnização

SECÇÃO II - RESPONSABILIDADE PELO RISCO

- 1 - Fundamentação do risco
- 2 - Socialização do risco
- 3 - Responsabilidade do comitente
- 4 - Responsabilidade do Estado e demais pessoas colectivas públicas
- 5 - Danos causados por animais



6 - Danos causados por veículos

7 - Danos causados por instalações de energia eléctrica ou gás e no exercício de outras actividades

SECÇÃO III - RESPONSABILIDADE POR FACTOS LICITOS

TITULO III

MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

CAPITULO I - MODALIDADES QUANTO AO VINCULO

1 - Obrigações civis e obrigações naturais. Noção

2 - Regime das obrigações naturais

CAPITULO II - MODALIDADES QUANTO AO SUJEITO

1 - Obrigações de sujeito activo indeterminado

2 - Obrigações plurais

3 - Obrigações conjuntas

4 - Obrigações solidárias

5 - Solidariedade passiva

6 - Solidariedade activa

CAPITULO III - MODALIDADES QUANTO AO OBJECTO

1 - Requisitos do objecto da obrigação

2 - Possibilidade fisica e legal

3 - Licitude

4 - Determinabilidade

5 - Obrigações divisíveis e indivisíveis

6 - Obrigações específicas e obrigações genéricas

7 - Obrigações cumulativas alternativas e com faculdade alternativa

8 - Obrigações pecuniárias

a) Noções gerais

b) Obrigações de quantidade

c) Obrigações de moeda específica

d) Obrigações valutárias

9 - Obrigações de Juros

10 - Obrigação de indemnização

11 - Obrigação de informação e de apresentação de coisas ou documentos

TITULO IV

CUMPRIMENTO E NÃO CUMPRIMENTO

CAPITULO I - CUMPRIMENTO

1 - Noção de cumprimento



- 2 - O princípio da boa-fé
- 3 - Pontualidade
- 4 - Requisitos do cumprimento
- 5 - Nulidade e anulação do cumprimento
- 6 - Quem pode fazer a prestação
- 7 - A quem pode ser feita a prestação
- 8 - Lugar da prestação
- 9 - Prazo da prestação
- 10 - Imputação do cumprimento
- 11 - Prova de cumprimento
- 12 - Direito à restituição do título ou à menção de cumprimento

CAPITULO II - NÃO-CUMPRIMENTO

- 1 - Noções gerais
- 2 - Impossibilidade de cumprimento e mora não imputáveis ao devedor
- 3 - Falta de cumprimento e mora imputáveis ao devedor
- 4 - Cumprimento defeituoso
- 5 - Fixação contratual dos direitos do credor
- 6 - Realização coactiva da prestação
- 7 - Cessão de bens aos credores
- 8 - Mora do credor

TITULO V

TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

- 1 - Noções introdutórias
- 2 - Cessão de crédito
- 3 - Subrogação
- 4 - Transmissão singular de dividas
- 5 - Cessão da posição contratual

TITULO VI

GARANTIAS GERAIS E ESPECIAIS DAS OBRIGAÇÕES

CAPITULO I - GARANTIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

- 1 - Noções gerais
- 2 - Conservação da garantia patrimonial
- 3 - Declarações de nulidade
- 4 - Sub-rogação do credor ao devedor
- 5 - Impugnação pauliana



6 - Arresto

CAPITULO II - GARANTIAS ESPECIAIS DAS OBRIGAÇÕES

1 - Prestação de caução

2- Fiança

3 - Consignação de rendimentos

4 - Penhor

5 - Hipoteca

6 - Privilégios creditórios

7 - Direito de retenção

TITULO VII

CAUSAS DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ALÉM DO CUMPRIMENTO

1 - Dação em cumprimento

2 - Consignação em depósito

3 - Compensação

4 - Novação

5 - Remissão

6 - Confusão

AVALIAÇÃO

Além de continua, haverá frequências escritas e trabalhos práticos. Os alunos só dispensarão de exame se obtiverem a **nota média mínima de 10 valores** nas frequências. Nos exames só dispensarão da oral se obtiverem a **nota mínima de 10 valores** na escrita.



BIBLIOGRAFIA

- Ascensão, José de Oliveira, Introdução e teoria geral, 11^a Edição, Almedina, 2003;
- Consciência, Eurico Heitor, Breve introdução ao estudo do Direito, 2^a Edição, Almedina, 2004;
- Justo, A. Santos, Introdução ao estudo do Direito, 2^a Edição, Coimbra Editora;
- Machado, Baptista, Introdução ao Direito e ao discurso legitimador, Almedina, 1996;
- Mendes, João Castro, Introdução ao estudo do Direito, Lisboa, 1994;
- Varela, João de Matos Antunes, Manual de Direito das Obrigações, Vols.I e II, Almedina 1998;

